

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.898 - RJ (2019/0233957-0)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE : SPE PENINSULA LAGOON EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA**  
**ADVOGADOS : ALEXANDRE VARELLA PIRES DA SILVA E OUTRO(S) - RJ154217**  
**EDUARDO ABREU BIONDI - RJ136258**  
**CAMILA DONATO JORDÃO - RJ208862**  
**EMBARGADO : DIMAS SEVERINO DE SOUSA**  
**ADVOGADO : SANDRO DA SILVA PINHEIRO - RJ145591**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

1. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexistir qualquer vício a ser sanado no julgado embargado.
2. Embargos de declaração rejeitados.

## **DECISÃO**

Embargos de declaração em recurso especial, opostos por SPE PENINSULA LAGOON EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA, contra decisão que conheceu parcialmente no recurso especial por ela interposto e, nessa extensão, deu provimento para afastar a condenação da embargante no pagamento de compensação por danos morais decorrente de atraso na entrega de imóvel, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO.

1. Julgamento sob a égide do CPC/15.
2. Ação declaratória c/c indenização e compensação respectivamente por danos materiais e morais.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. O inadimplemento contratual não causa, por si só, danos morais. Súmula 568/STJ.
5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido. (e-STJ, fl. 592)

# *Superior Tribunal de Justiça*

No presente recurso, aponta a embargante possível ocorrência de erro material no dispositivo da decisão monocrática de fls. 592/595 (e-STJ), bem como em relação à fixação dos honorários de sucumbência.

## **É O BREVE RELATÓRIO.**

É notória a busca de efeitos infringenciais, não havendo o alegado erro material, porquanto a decisão embargada trata expressamente da matéria novamente vertida nestes embargos de declaração.

A decisão embargada conheceu parcialmente do recurso especial e, em relação à parte conhecida, enfrentou o mérito, dando provimento ao recurso quanto ao ponto. Nesse sentir, descabida a alegação de provimento total do recurso especial, pois parte das insurgências recursais não tiveram o mérito apreciado, em razão da incidência da Súmula 284/STF.

Por derradeiro, cabe ressaltar que o provimento dado no recurso especial teve como consequência a improcedência da ação, sendo medida necessária a inversão da sucumbência e fixação de honorários em favor a embargante/recorrente, a qual ocorreu de forma adequada, no importe de 10% sobre o valor da causa.

Dissociado, o pleito, de qualquer um dos pressupostos de interposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão ora declinada, impondo-se, então, a rejeição dos embargos de declaração.

Forte nessas razões, REJEITO os embargos de declaração, advertindo à embargante, desde já, que a insistência no manejo deste recurso ensejará a imposição da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora